



## Deputados temem que MP 431 acabe com paridade entre ativos e inativos

Página 3

**ECONOMIA | 7**

Calendário eleitoral antecipa discussão do Orçamento de 2009; LDO pode ser votada hoje no Congresso

**DIREITOS HUMANOS | 5**

Especialistas destacam avanços do ECA, mas apontam problemas na aplicação da lei

**PUBLICIDADE | 4**

*Defesa do Consumidor* aprova restrições em propaganda de produtos destinados a crianças

**COMUNICAÇÕES | 8**

Ministro pretende realizar licitações para tornar competitivo mercado de TV paga

**CCJ decide manter como crime prática de aborto | 2**

# agenda

10 de julho de 2008  
Quinta-feira



## Meio ambiente

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Frente Parlamentar Ambientalista e a Fundação SOS Mata Atlântica promovem seminário sobre pagamento por serviços ambientais. Plenário 8, às 9h

## ECA I

A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente inicia as comemorações de aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com a apresentação do documento "Estatuto da Criança e do Adolescente: 18 anos, 18 Compromissos - A criança e o adolescente no centro da gestão municipal". Salão Nobre, às 9h

## ECA II

Congresso realiza sessão solene para homenagear os 18 anos do ECA. Plenário do Senado, às 11h

## Fator previdenciário

A Comissão de Seguridade Social e Família realiza audiência pública sobre o PL 3299/08, que extingue o fator previdenciário, fórmula aplicada no momento do pedido de aposentadoria para calcular o valor do benefício de acordo com a idade e o tempo de contribuição do segurado. Plenário 7, às 9h30

## Orçamento

Congresso Nacional realiza sessão conjunta para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009. Plenário da Câmara, às 12h30

# CCJ rejeita proposta que criminaliza o aborto

ELTON BOMFIM

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) rejeitou ontem a proposta que descriminaliza o aborto praticado pela gestante ou com seu consentimento (PL 1135/91). A matéria será arquivada se não houver recurso, em cinco sessões, para ser votada pelo plenário da Câmara. A comissão acolheu o parecer do relator, deputado **Eduardo Cunha (PMDB-RJ)**, que considerou a proposta inconstitucional.

Atualmente, o artigo 124 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) prevê pena de detenção de um a três anos nesses casos. O tema gerou defesas apaixonadas, tanto dos que apóiam quanto dos contrários à descriminalização do aborto. A reunião teve manifestações até com fotos de fetos abortados, penduradas no pescoço de deputados.

**Opinião da Casa** - Para o relator da proposta, a vitória na comissão reflete a opinião da Casa. "A votação aqui teve apenas 4 votos contrários ao relatório, em 61. Ou seja, se for para Plenário, a proporção será a mesma. Esse projeto não vai vingar na Câmara." De acordo com

Eduardo Cunha, ficou caracterizado que a vontade dos parlamentares é "preservar a Constituição e o direito à vida".

O deputado **José Genoíno (PT-SP)** tentou por várias vezes impedir a votação com procedimentos regimentais, como o pedido de verificação de voto, mas, diferentemente de ontem, quando conseguiu cancelar a reunião por falta de quorum, nesta quarta não teve sucesso. Para ele, que apresentou voto em separado, o aborto é problema de saúde pública e não deve ser tratado com argumentos religiosos. "Eu respeito as religiões, as crenças, mas não há como tratar uma questão



Para Eduardo Cunha (E), ficou caracterizado que a vontade dos parlamentares "é preservar a Constituição e o direito à vida"

como essa na base de uma religião ou crença. É um problema de saúde pública, a ser desenvolvido com orientação, com saúde para a mulher."

Além de José Genoíno, votaram contra o parecer os deputados **Eduardo Valverde (PT-RO)**, **José Eduardo Cardozo (PT-SP)** e **Regis de Oliveira (PSC-SP)**.

## FRENTE PARLAMENTAR

# Vignatti quer aprovar antes do recesso proposta que isenta microempresários de impostos

Ao assumir ontem a presidência da Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas, o deputado **Vignatti (PP-SC)** destacou a importância da atuação da frente na aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e declarou que vai trabalhar para a inclusão do Projeto de Lei Complementar 2/07, do deputado **Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)**, na pauta de votações do plenário ainda antes do recesso parlamentar. O projeto isenta de impostos microempresários com renda de até



SALU PARENTE

Presidente Chinaglia destacou na cerimônia o papel das micro e pequenas empresas na distribuição de renda

R\$ 36 mil anuais e prevê uma contribuição de 11% sobre o salário mínimo

para a Previdência.

Durante a cerimônia, o presidente da Câmara, **Arlindo Chinaglia**, destacou a importância dessas empresas na distribuição de renda e na geração de empregos no País. Chinaglia elogiou o trabalho da frente que, segundo ele, dignifica o Congresso Nacional pelo que já fez e pelo que ainda fará. Também presente, o presidente do Senado, **Garibaldi Alves Filho**, declarou que o desafio da frente continua, porque as estatísticas de criação de empregos avançam, mas ainda não são satisfatórias.

## Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 53ª Legislatura

Presidente: **Arlindo Chinaglia (PT-SP)**

1º Vice-Presidente  
**Nárcio Rodrigues (PSDB-MG)**  
2º Vice-Presidente  
**Inocêncio Oliveira (PR-PE)**  
1º Secretário  
**Osmar Serraglio (PMDB-PR)**  
2º Secretário  
**Ciro Nogueira (PP-PI)**  
3º Secretário  
**Waldemir Moka (PMDB-MS)**  
4º Secretário  
**José Carlos Machado (DEM-SE)**

Suplentes  
**Manato (PDT-ES), Arnon Bezerra (PTB-CE), Alexandre Silveira (PPS-MG) e Deley (RJ-PSC)**  
Ouvidor Parlamentar  
**Carlos Sampaio (PSDB - SP)**  
Procurador Parlamentar  
**Alexandre Santos (PMDB - RJ)**  
Diretor-Geral  
**Sérgio Sampaio de Almeida**  
Secretário-Geral da Mesa  
**Mozart Vianna de Paiva**

## SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Secretário: **William França**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

## Jornal da Câmara

Diretora  
**Amneres Pereira**  
Editora-chefe  
**Rosalva Nunes**

Editores  
**Maria Clarice Dias**  
Editor de fotografia  
**Reinaldo Ferrigno**

Diagramadores  
**Guilherme Rangel Barros**  
**José Antonio Filho**  
**Roselene Figueiredo**

Ilustrador  
**Renato Palet**  
Projeto gráfico  
**Ely Borges e equipe do jornal**

Câmara dos Deputados - Anexo I - Sala 1508 - 70160-900 Brasília DF  
jornal@camara.gov.br | Fone: (61) 3216-1666 | **Disque-Câmara - 0800 619 619**

Impresso na Câmara dos Deputados | DEAPA / CGRAF



Deputados de diversos partidos avaliaram em Plenário que a MP 431 pode quebrar a paridade de reajuste entre ativos e inativos



Arlindo Chinaglia

### Chinaglia considera avanço votações da semana

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, considerou um avanço, nos trabalhos desta semana, a votação de duas medidas provisórias e a leitura, na sessão de ontem, da Medida Provisória 431/08, que reajusta os salários de cerca de 800 mil servidores federais de 16 carreiras civis e dos militares das Forças Armadas.

Questionado se a Câmara vai entrar em recesso com a pauta desobstruída, o presidente disse que não pode se antecipar, porque existem muitas MPs e dois projetos com urgência constitucional para serem votados. O recesso constitucional ocorre entre os dias 18 e 30 julho, caso seja votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

**Esforço concentrado** - Quanto ao esforço concentrado previsto para os meses anteriores às eleições, Chinaglia informou que ainda não há definição, mas que pode haver uma diminuição no número de sessões no segundo semestre, desde que sejam definidas matérias para serem votadas nesse período. Mesmo que o Senado decida fazer duas semanas de esforço concentrado em agosto e uma em setembro, como tem ocorrido nos períodos pré-eleitorais, Chinaglia disse que na Câmara pode ser diferente. Hoje, o Congresso Nacional se reúne, às 12h30, para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 (LDO - PLN 1/08).

## Votação de MP que reajusta salário de servidor fica para a próxima semana

Os líderes partidários não chegaram a um acordo para votar nesta quarta-feira a Medida Provisória 431/08, que reajusta os salários de cerca de 800 mil servidores federais de 16 carreiras civis e dos militares das Forças Armadas. O relator da MP, deputado **Magela (PT-DF)**, fez ontem a leitura de seu parecer, mas a fase de discussão em plenário só começará na próxima terça-feira.

Magela explicou que, em virtude de negociações com líderes do governo e da oposição, fará uma retificação do parecer, pois estão sendo incluídos argumentos fundamentais para a compreensão do texto. Segundo ele, a MP tem problemas que afetam algumas categorias e que precisam ser solucionados até a próxima terça. "Certamente, até a terça-feira faremos aprimoramentos e ajustes ouvindo os líderes partidários. Nós temos o compromisso do líder do governo de corrigir toda e qualquer injustiça que tenha permanecido depois das discussões em torno da MP", afirmou.

**Paridade** - Durante a discussão da matéria, parlamentares de diversos partidos expressaram a preocupação com a questão da paridade do reajuste entre servidores públicos na ativa e aposentados. Líder do PsoL, **Luciana Genro (RS)** afirmou que a MP "é mais um tentativa de desvincular o reajuste dos servidores na ativa dos salários dos aposentados".

Apesar de reconhecer que a medida contém im-

portantes questões que foram negociadas com diversas categorias, Luciana Genro destacou que "várias categorias não foram contempladas". "É importante que os acordos que estão sendo feitos sejam mantidos, porque o Governo Lula tem o triste hábito de não cumprir acordos", enfatizou.

A deputada **Alice Portugal (PCdoB-BA)** também destacou que muitos trabalhadores ainda aguardam a solução dos acordos, como por exemplo os servidores das agências reguladoras. Ela e o líder do PPS, **Fernando Coruja (SC)**, concordaram com os argumentos de Luciana Genro, afirmando que é preciso garantir no relatório o direito à paridade entre aposentados e funcionários na ativa para aqueles que já o conquistaram, como os servidores públicos que ingressaram antes de 2004 no governo.

Para Coruja, deve ser garantido um texto melhor para a proposta. Segundo ele, precisa ficar claro que a paridade será mantida. "O PPS defende a paridade para todos, o servidor deve rece-

ber o mesmo salário que recebia antes de se aposentar". **Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)** considerou necessária uma maior discussão sobre o assunto, "uma vez que a proposta, da forma como está, ameaça a paridade entre os servidores ativos e inativos".

**Direitos assegurados** - Na base governista, os líderes reiteraram que a MP 431/08 não ameaça os direitos assegurados dos servidores públicos. Segundo o líder do PT, **Maurício Rands (PE)**, não há artigo que coloque em risco a paridade. "Ela está assegurada nas emendas constitucionais 41 e 47 e esta MP, como norma infraconstitucional, não poderia colocar em risco direitos já assegurados na Constituição", afirmou.

Já o líder do governo, **Henrique Fontana (PT-RS)**, afirmou que "um ou outro detalhe numa medida dessa complexidade deve ser detalhado no decorrer da votação". Segundo ele, o investimento que o governo pretende fazer para qualificação do serviço público será de R\$ 7,6 bilhões por ano. O líder destacou que 99% das questões já foram resolvidas por acordo.

Para o deputado **Eduardo Valverde (PT-RO)**, o problema da paridade "é um processo que se iniciou há quatro anos. Não temos nenhuma ilusão que estamos acabando esse processo agora, até porque temos conhecimento de há um impacto orçamentário grande", afirmou.

### Crédito extraordinário é rejeitado

Ontem, o Plenário seguiu parecer do deputado **Colbert Martins (PMDB-BA)** e considerou inadmitida a Medida Provisória 430/08, que abre crédito extraordinário de R\$ 7,56 bilhões para o reajuste de cerca de 800 mil servidores por meio da MP 431/08. Devido a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), restringindo a edição de MPs de crédito extraordinário somente aos casos previstos na Constituição (guerra, calamidade pública e comoção interna), o governo enviou ao Congresso projeto de lei de igual teor ao da MP 430/08, já aprovado e transformado em lei. Por isso, o relator recomendou que a medida não fosse admitida.

DEFESA DO CONSUMIDOR

## Comissão prevê restrições à publicidade dirigida ao público infantil

Aprovado ontem pela Comissão de Defesa do Consumidor, o Projeto de Lei 5921/01, do deputado **Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR)**, faz uma série de restrições à publicidade de produtos destinados a crianças. A proposta foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pela relatora, deputada **Maria do Carmo Lara (PT-MG)**. O texto aprovado proíbe qualquer tipo de publicidade e de comunicação mercadológica dirigida à criança, em qualquer horário e por meio de qualquer suporte ou mídia, seja de produtos ou serviços relacionados à infância ou relacionados ao público adolescente e adulto.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Conforme o texto aprovado, a publicidade e a comunicação mercadológica dirigida à criança é aquela que se vale, dentre outros, de algum dos seguintes atributos: linguagem infantil, efeitos especiais e excesso de cores; trilhas sonoras de músicas infantis ou cantadas por vozes de criança; representação de criança; pessoas ou celebridades com apelo ao público infantil; personagens ou apresentadores infantis; desenho animado ou de animação; bonecos ou similares; promoção com distribuição de prêmios ou de brindes colecionáveis ou com apelos ao público infantil; e promoção com competições ou jogos com apelo ao público infantil. Conforme o projeto, a comunicação mercadológica abrange, dentre outros, a própria publicidade, anúncios impressos, comerciais televisivos, "spots" de rádio, "banners" e "sites" na internet, embalagens, promoções, "merchandising" e disposição dos produtos nos pontos de vendas. O texto aprovado também proíbe qualquer tipo de publicidade ou de comunicação mercadológica na televisão, na internet ou no rádio 15 minutos antes, 15 minutos depois e durante a programação infantil ou a programação cuja audiência seja na sua maioria constituída pela criança. Também fica proibida a participação da criança em qualquer tipo de publicidade ou de comunicação mercadológica (exceto campanhas de utilidade pública referentes a informações sobre boa alimentação, segurança, educação, saúde, entre outros itens relativos ao melhor desenvolvimento da criança no meio social).

As infrações dessas normas ficam sujeitas a multas, cujo valor dependerá da gravidade e da condição econômica do infrator, além da imposição de contrapropaganda. A proposta recebeu votos contrários dos deputados **Vinícius Carvalho (PT do B-RJ)**, **César Silvestri (PPS-RJ)** e **Efraim Filho (DEM-PB)**.



# Rita Camata: "Não quero criança sendo prostituída e nem fora da escola"

Roberto Seabra

Os constituintes de 1988 inovaram ao incluir na lei maior o artigo 227, que garante os direitos das crianças e dos adolescentes. Dois anos depois, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), que garante o atendimento integral para essa parcela da população e cria medidas protetivas voltadas para meninos e meninas, além de medidas socioeducativas, aplicadas no caso de adolescentes que cometem atos infracionais.

Semanas atrás, a Câmara instalou a Comissão Especial sobre Atendimento Socioeducativo, que vai analisar o Projeto de Lei 1627/07, do Poder Executivo, que regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente em conflito com a lei. A deputada **Rita Camata (PMDB-ES)**, relatora dessa comissão especial, foi constituinte em 88, onde atuou especialmente na aprovação do capítulo que trata da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso; e foi relatora do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nessa entrevista ao **Jornal da Câmara**, ela faz um balanço sobre os 18 anos da aprovação do ECA, que atinge a sua maioria no próximo dia 13, e fala sobre o PL 1627/07.

**JC - Passados 18 anos, o que avançou e o que precisa avançar na implantação do Estatuto?**

**Rita Camata** - Não há dúvida de que, em 18 anos, muita coisa mudou. Avançamos na educação, temos 98% das crianças no ensino fundamental matriculados. O desafio hoje é melhorar a qualidade do ensino e garantir que não haja uma defasagem tão grande entre idade e série. Avançamos na área da saúde. O Estatuto prevê cuidados desde a saúde reprodutiva da mulher até o atendimento das crianças em creches. Avançamos na questão do trabalho in-

fantil, que hoje é crime. Dezoito anos atrás não era. Agora se você pergunta: você está satisfeita com a implantação do Estatuto? Eu respondo que não estou, porque não quero criança sendo prostituída, criança fora da escola, nem jovem metido no mundo das drogas.

**JC - Muitos municípios ainda não possuem conselhos tutelares e em outros esses conselhos não têm estrutura para trabalhar. O que pode ser feito para mudar essa realidade?**

**Rita** - O conselho tutelar é importante porque faz o controle social da implementação das políticas previstas no Estatuto. Eu acredito que a imprensa tem um papel importante no papel de fortalecer os conselhos tutelares, informando a população sobre o que realmente é o Estatuto. Ao longo dos anos, houve uma distorção muito grande sobre o papel do Estatuto, que prevê todo um suporte voltado para a prevenção. A maioria das pessoas enxerga

o Estatuto apenas pelo lado do jovem infrator.

**JC - Quais projetos que tramitam na Câmara que poderiam fortalecer as políticas sugeridas pelo ECA?**

**Rita** - Eu gostaria muito de ter creche pré-escola para todas as crianças, é uma demanda que a gente vai ter que trabalhar. Outra demanda é ampliar a escola para dois turnos. Hoje, o acesso à droga é muito maior do que era 20 anos atrás. Dos cerca de 20 mil adolescentes internos em todo o País, 86% são jovens que estão no mundo das drogas. Com uma escola ampliada você não só vai permitir alimentação, atividades culturais e esportivas, mas também reforço escolar, melhorando a qualidade do ensino. Vamos ter que melhorar muito esse papel da educação como ferramenta de prevenção e de universalização dessas prioridades contidas no Estatuto.

**JC - A senhora é relatora do projeto que regulamenta as medidas sócio-educativas do Estatuto. Qual sua opinião sobre a proposta?**

**Rita** - O projeto define as atribuições da União, do estado e do município na implementação dessas medidas, além de prever a co-participação da sociedade civil nesse processo. Em 18 anos, não conseguimos ainda implementar as medidas sócio-educativas conforme o Estatuto prevê.

J. BATISTA



# Debatedores pedem prioridade para lei

Newton Araújo Jr.

Dezoito anos depois de aprovado e em vigor, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8069/90) ainda não atingiu a maioria, avaliaram os debatedores da audiência pública de ontem na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. “Apesar dos 18 anos, o ECA não atingiu a maioria porque ele não é prioridade”, afirmou o juiz da Vara da Infância e Juventude de Goiânia, Maurício Perfírio Rosa. “Dados oficiais confirmam que aumentaram os números de assassinatos de crianças e adolescentes. E aumenta a cada dia a violência doméstica contra as crianças”, acrescentou o desembargador Siro Darlan, da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e que foi juiz de menores por 14 anos.

Segundo o representante da Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) Ariel de Castro Alves, o ECA mudou o conceito como eram tratadas as crianças e adolescentes no Brasil, passando da doutrina da situação irregular para o da proteção integral. “No entanto, foi lastimável a CPI do Sistema Carcerário falar em sistema carcerário juvenil e não em um sistema socioeducativo”, criticou. Segundo ele, existem atualmente 15 mil adolescentes cumprindo pena no Brasil.



A maioria dos deputados e especialistas presentes ao debate na Comissão de Direitos Humanos avaliam que o Estatuto da Criança e do Adolescente é bom, mas sua aplicação é falha

“A reincidência no sistema prisional é de 70%. Já no sistema de reeducação, a reincidência chega a no máximo a 30%”, comparou.

**Resposta política** - De acordo com o deputado **Pompeo de Mattos (PDT-RS)**, presidente da comissão, com certeza há muito o que comemorar em relação ao estatuto, “mas ainda há muita coisa a lamentar”. No seu entender, na prática o País não tem feito o ECA funcionar como previsto, uma situação que, para

ele, “exige uma resposta drástica da classe política”. Mattos criticou a impunidade em relação a quem comete crimes contra crianças e adolescentes. “Quando um jovem comete um crime exige-se uma série de atitudes, inclusive o aumento da maioria penal. Já

“Quando um jovem comete um crime, exige-se uma série de atitudes, inclusive o aumento da maioria penal. Já quando a vítima é uma criança, muitas vezes há só o silêncio”

Pompeo de Mattos

quando a vítima é uma criança, principalmente as mais carentes, muitas vezes há somente o silêncio.”

Para a representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Herilda Balduino “o Brasil ainda está numa situação de barbárie em relação às nossas crianças e adolescentes”. Ela criticou os diversos governos por não darem recursos para a implementação das políticas públicas para as crianças e adolescentes. “Apesar de haver 98% das crianças no ensino fundamental, não se aprende nada nas escolas”, criticou. “As crianças vão para a escola para comer a merenda”, disse. O pior, acrescentou, é que a violência tem atingido as escolas, com os alunos agredindo os professores, “e não há nenhuma política pública para estudar esse fenômeno e propor soluções”.

Na avaliação do desembargador Darlan, “esse seminário mostra que o Parlamento não se contentou em legislar, mas está estimulando a sociedade a efetivar a lei”. No entanto, a baixa presença de parlamentares na reunião foi criticada pela deputada **Íris de Araújo (PMDB-GO)**. “O retrato da assistência da criança e do adolescente no Brasil está nesta reunião da comissão, absolutamente vazia. O assunto que se discute aqui é o mais importante do dia na Câmara”, afirmou a parlamentar.

## Eleição de representantes dos conselhos tutelares gera polêmica

Para a maioria dos debatedores presentes na audiência, o problema não está na lei, considerada muito boa, mas na sua não aplicação. Questionado pelo deputado **Sebastião Bala Rocha (PDT-AP)** sobre o que deveria ser mudado na lei que criou o ECA, o desembargador do Rio Siro Darlan afirmou que se tratava “da melhor legislação do planeta”, e que “o defeito está nos executores”. Segundo ele, quem critica o ECA não quer melhorar o País.

Porém, o juiz de Goiânia Maurício Rosa afirmou que a lei pode ser aperfeiçoada, principalmente em relação à escolha dos representantes dos Conselhos Tutelares. “O problema é a forma de eleição dos conselheiros, que tem levado a política partidária para dentro dos conselhos, que serve de instrumento de promoção pessoal. Alguns deputados e vereadores se elegeram tendo como base os conselhos”, criticou.

Presidente da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, a deputada **Maria do Rosário (PT-RS)** discordou de Maurício Rosa. “O problema não é que as pessoas tenham partido. Acho necessário que se estabeleçam critérios para a escolha, como a representatividade social dos conselheiros, por meio de pessoas que conheçam as comunidades, assim como se exija formação que permita aos conselheiros defender de forma adequada os direitos das crianças e adolescentes”, sugeriu. Ela lembrou que, hoje, a Frente

Parlamentar irá divulgar uma carta aberta aos candidatos às eleições municipais propondo que os direitos das crianças e adolescentes sejam considerados prioridade, além de 18 compromissos de políticas públicas para este segmento.

**Reunião na praça** - Segundo Ariel Alves, representante do Conanda, 90% dos municípios brasileiros contam com conselhos tutelares. “O problema é que boa parte deles é apenas formal e não funciona na prática. Em alguns lugares o conselho se reúne em praça pública, por falta de sede. São 70 mil conselheiros no País, mas sem estrutura. Já em algumas cidades, os conselheiros recebem apenas R\$ 70 por mês para um trabalho de dedicação exclusiva. Isso é uma gorjeta”, criticou Ariel de Castro Alves. “Quem sabe no aniversário do ECA no próximo ano a gente seja um pouco mais otimista.”

Por seu turno, a ministra interina do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, Rosilene Cristina Rocha, afirmou que o governo vem aumentando o orçamento e implementando uma série de políticas públicas para as crianças e adolescentes. A ministra citou a rede de abrigos de crianças e adolescentes e os esforços para fazer as crianças retornarem às famílias de origem; o programa de combate à violência doméstica; o plano nacional de convivência de adolescentes em medidas socioeducativas, entre

outros. “O difícil é fazer as políticas sociais interagirem, para que os ministérios, as secretarias estaduais e municipais realizem um trabalho em conjunto”, reconheceu. (NAJr.)

### Siro Darlan propõe varas especializadas e reestruturação das famílias

O desembargador Siro Darlan apresentou sugestões para efetivar a aplicação do Estatuto. Ele propôs que sejam criadas em todo o País delegacias e varas especializadas na proteção de crianças vítimas da violência; e que se crie clínicas especializadas no tratamento psicológico desse segmento. Darlan sugeriu ainda que se busque a recomposição das famílias desestruturadas, para fazer frente à violência doméstica; a criação de escolas de famílias, para oferecer-lhes orientação e apoio; a implantação de equipes multiprofissionais nas varas de família e de crianças e adolescentes; o fortalecimento dos conselhos tutelares; além de apoio ao trabalho e educação de jovens. (NAJr)

# Sessão secreta analisará inquérito sobre Paulo Pereira

Roberto Seabra

Os deputados do Conselho de Ética aprovaram ontem pedido feito pelo relator, deputado Paulo Piau (PMDB-MG), para a realização de sessão secreta, na qual será divulgado o conteúdo do inquérito contra o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), acusado de supostos desvios de recursos do BNDES. O inquérito tramita de forma sigilosa no Supremo Tribunal Federal (STF). Os deputados também pretendem ouvir o delegado Rodrigo Levin, responsável pelas investigações da Operação Santa Tereza, da Polícia Federal. A reunião ainda não tem data para ocorrer.

O pedido do relator aconteceu porque momentos antes Paulo Pereira da Silva fez um apelo para que as 89 páginas referentes a ele no inquérito aberto a partir da Operação Santa Tereza sejam liberadas para os integrantes do Conselho de Ética. "Esse sigilo não está me protegendo, mas me prejudicando. Todo mundo sabe de seu conteúdo, foi dado em 'salaminho' para a imprensa", disse Paulo Pereira.

O Conselho de Ética retomou ontem o depoimento de Paulo Pereira, interrompido na quarta-feira em razão do início da Ordem do Dia. O deputado respondeu a todas as perguntas feitas mas, segundo o relator, ainda restam dúvidas sobre o caso. Para Piau, só depois de ouvidas as 15 testemunhas con-

vidadas para depor é que o Conselho poderá ter certeza sobre o envolvimento de Paulo Pereira da Silva nas acusações feitas pela Polícia Federal.

**Doação** - Boa parte da reunião discutiu uma doação de R\$ 37 mil pelo lobista João Pedro de Moura para a ONG Meu Guri, presidida pela esposa do deputado, Elza Pereira. A operação, segundo a Polícia Federal, seria uma das provas do desvio de recursos. Essa dinheiro, explicou Paulo Pereira, foi depositado na conta da Meu Guri para compensar o cancelamento da doação de um apartamento de Moura para a ONG.

O advogado do deputado, Leônidas Scholz, informou ao final da reunião que João Pedro de Moura não tem filhos e que sofria de doença cardíaca, o que o levou, em 2004, a fazer a doação do imóvel para a entidade filantrópica. Como a transação não foi feita, disse, Moura repassou o dinheiro para a ONG, para compensar o negócio desfeito, em razão de dívidas acumuladas pelo imóvel.

Na opinião do relator, será fundamental ouvir os envolvidos diretamente na negociação do apartamento. "Não podemos apertar tanto o deputado Paulo Pereira, porque ele não é peça principal nessa transação do apartamento. Vamos trazer a presidente da ONG Meu Guri e o João Pedro de Moura, que doou o dinheiro, para que eles dêem o devido esclarecimento", disse Paulo Piau.

**Recursos** - Em resposta a questionamentos feitos pelo deputado José Carlos Araújo (PR-BA), Paulo Pe-

reira da Silva disse que o conselho do BNDES, no qual a Força Sindical tem assento, é meramente consultivo e não tem poder para liberar dinheiro. Segundo Paulo Pereira, que preside a Força Sindical, a liberação de recursos do BNDES tem um trâmite definido, que passa por 35 departamentos do banco. De acordo com denúncias publicadas pela imprensa, conselheiros do BNDES indicados pela Força Sindical teriam intermediado a liberação de recursos para prefeituras.



EDSON SANTOS

Paulo Pereira da Silva pediu que inquérito envolvendo seu nome seja liberado para integrantes do conselho



JBATISTA

Júlio Semeghini

## Semeghini lembra os 20 anos do PSDB e ressalta ações do Governo FHC

O deputado Júlio Semeghini (PSDB - SP) lembrou em Plenário os 20 anos de criação do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, comemorados em 25 de junho, e ressaltou sua importância na elaboração das grandes reformas nacionais. Ele citou como exemplos as políticas de estabilização econômica, de responsabilidade fiscal, de controle dos gastos públicos e de melhoria dos serviços públicos de educação, saúde e assistência social. Ao longo desses 20 anos, observou Semeghini, o PSDB conquistou marcos significativos para a sua história e para o Brasil. Os dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ressaltou, foram estruturantes e fundamentais para o Brasil de hoje, com avanços obtidos nas áreas tecnológica, industrial, de serviços e agronegócios, a criação do Governo-eletrônico, que deu total transparência às ações da administração do PSDB, os programas da rede de assistência social, os avanços

**"O programa Avança Brasil realizou a mais bem sucedida política de integração social, reforma agrária e de educação jamais realizada no País"**

na educação e na saúde, a privatização do setor de telecomunicações, a estabilidade da moeda e o câmbio flutuante. "São conquistas obtidas e assimiladas pelo povo brasileiro, que, hoje, colhe os benefícios de uma política responsável, de médio e longo prazo, voltada para o desenvolvimento econômico e social", afirmou o deputado.

Os programas como o "Brasil em Ação", segundo ele, entre 1996 e 1999, causou reações de admiração em todo o mundo, devido à implantação de um sistema nacional de planejamento, em que os programas sociais e empreendimentos de infra-estrutura beneficiaram todo o País, por meio de um sistema de gestão que gerenciou 58 empreendimentos, investindo mais de R\$ 70 bilhões e beneficiando 62 milhões de pessoas. "De 2000 ao final de 2002, outro programa, o "Avança Brasil", realizou a mais bem sucedida política de integração social, reforma agrária e de educação jamais

realizada no País", destacou.

Semeghini listou ainda o Programa de Redução da Mortalidade Infantil e o Programa Agentes Comunitários de Saúde iniciado em 1994, que, em sua ótica, mudaram o modelo de assistência social no País, reduzindo os índices de mortalidade infantil e elevando os de longevidade dos brasileiros. O deputado destacou ainda as políticas públicas para atender à demanda crescente de crianças e jovens, que criaram programas como o Fundef, o Bolsa Escola, o Comunidade Solidária e outros, "voltados para o resgate da população mais carente, gerando uma saudável expectativa de melhoria na qualidade de vida da população mais pobre".

A antropóloga e ex-primeira-dama Ruth Cardoso, que criou o Comunidade Solidária, também foi homenageada pelo deputado Júlio Semeghini, que destacou sua trajetória como intelectual e as obras sociais que criou. Ele lembrou que o Comunidade Solidária alfabetizou três milhões de jovens, capacitou outros 114 mil para o mercado de trabalho e estimulou a organização de mulheres artesãs em cooperativas.

# Comissão antecipa discussão sobre proposta

A Comissão Mista de Orçamento começou ontem a discutir o cronograma de análise da proposta orçamentária para 2009, que chegará ao Congresso no fim de agosto. A discussão foi antecipada para adaptar a tramitação do Orçamento ao calendário eleitoral, que vai mobilizar deputados e senadores no segundo semestre. Além disso, o relator-geral da proposta, senador Delcídio Amaral (PT-MS), passou um recado aos relatores setoriais: há uma série de propostas em tramitação nas duas Casas que, se aprovadas, terão um forte impacto financeiro sobre o Orçamento.

É o caso dos projetos que criam a Contribuição Social para a Saúde - CSS (PLP 306/08) e o fundo soberano brasileiro (PL 36/74/08), do projeto que acaba com o fator previdenciário (PL 3299/08) e da renegociação da dívida dos produtores rurais (MP 432/08). Outro fator de peso é a inflação, que, por um lado, pode elevar as receitas e, por outro, afeta a dívida pública. "Já avisei os relatores setoriais de que devemos ter ciência dessas dificuldades", disse o relator-geral, que se reuniu ontem com os relatores setoriais.

**Relatório** - Segundo Amaral, ficou acertado que o relatório preliminar à proposta orçamentária será apresenta-



Presidente da comissão, deputado Mendes Ribeiro (C), e relator, senador Delcídio Amaral

## Aprovados créditos de R\$ 2,4 bilhões

A Comissão de Orçamento aprovou ontem seis projetos de lei que abrem aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de vários ministérios, créditos extraordinários no valor total de R\$ 2,40 bilhões.

Entre os textos aprovados estão o PL 7/08, que autoriza crédito suplementar de R\$ 1,45 bilhões em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério das Cidades; PL 14/08, que libera para o Ministério da Justiça R\$ 9 milhões; PL 12/08, que concede crédito especial no valor de

R\$ 616,08 milhões para os Ministério de Minas e Energia e para o Ministério dos Transportes; PL 17/08, que autoriza crédito extraordinário no valor de R\$ 122,53 milhões para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; PL 16/08, que concede recursos suplementares de R\$ 195,72 milhões; e PL 18/08, que libera em favor do Ministério dos Esportes recursos no valor de R\$ 1,39 milhões.

Todos os projetos deverão ter sua apreciação definitiva na sessão de hoje do Congresso Nacional.

do em 6 de novembro. Antes disso, a comissão vai promover cinco audiências nos estados para discutir o projeto e receber sugestões da sociedade. Será realizada uma audiência por região, em locais que ainda serão definidos. As sugestões poderão ser incorporadas ao relatório preliminar, que orienta o emendamento parlamentar. A votação final da proposta, no Plenário do Congresso, foi marcada para 21 de dezembro. O relator-geral afirmou, no entanto, que esse é um "cronograma pessimista". Tanto ele como o presidente da comissão, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), esperam dar à lei orçamentária o mesmo ritmo de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO), que foi aprovada na semana passada no colegiado em tempo recorde.

Mendes Ribeiro e Delcídio Amaral se reuniram na quarta-feira com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para acertar o calendário. O presidente da comissão cobrou do governo o envio do projeto de lei de revisão do Plano Plurianual (PPA) na mesma data da proposta orçamentária, para que as duas possam tramitar juntas, sem atropelos. A revisão do PPA é feita para excluir, alterar ou adicionar programas públicos.

**A**o destacar a importância das emendas parlamentares individuais para o desenvolvimento dos estados e municípios, a deputada Rebecca Garcia (PP-AM) fez um apelo aos deputados e senadores para que fiscalizem se os recursos de suas emendas estão sendo utilizados como foram determinados nos projetos municipais. Ela disse que cabe aos parlamentares fazer a vigilância sobre as obras para manter a ética, a moralidade e o compromisso público. "Há, e todos nós sabemos, um grande volume de recursos públicos empenhado em emendas parlamentares que não atingem os seus objetivos", salientou. Segundo ela, além de estar sempre atenta ao destino dos recursos de suas emendas, tem exigido das prefeituras municipais a execução das obras. "Tenho sido enfática porque a lupa da opinião pública faz com que todos nós estejamos sob vigilância, sob julgamento", enfatizou.

Rebecca Garcia também sugeriu aos deputados que não se afastem do Congresso durante o período das campanhas eleitorais nos municípios. Em sua avaliação, embora muitos estejam diretamente ligados às próximas eleições, é preciso continuar o

trabalho parlamentar. "Faço um apelo para que não deixemos o Parlamento vazio. Espero que o calor da eleição não nos torne reféns", avaliou ao defender uma produção legislativa de qualidade.

**Hanseníase** - A deputada registrou a campanha "Saúde é bom saber!", de conscientização sobre a hanseníase, que o Ministério da Saúde veiculará em jornais, rádio e TV até o dia 20 de julho. Segundo ela, o objetivo é divulgar os sintomas e promover o diagnóstico precoce da doença. "É um esforço para que os programas estaduais e municipais diagnostiquem os portadores de hanseníase na fase inicial da doença e indiquem o tratamento adequado", disse Rebecca, lembrando que a hanseníase é uma doença infecciosa, causada por bactéria, que atinge principalmente a pele e os nervos, em especial os da face e extremidades, como braços, mãos, pernas e pés. "Popularmente a doença é conhecida como lepra, porém o termo não é dos mais adequados, considerando toda a carga de preconceito que ele carrega", destacou a deputada, que enfatizou que

a doença tem cura e, se tratada nos estágios iniciais, não deixa seqüelas. Além disso, explicou, quando tratada precocemente, a bactéria não é transmitida já nas primeiras doses dos medicamentos. "A mudança em relação ao preconceito é uma ótima notícia, mas, infelizmente, o Brasil é o segundo País com maior número de casos no mundo, perdendo apenas para a Índia", ressaltou.

A cada ano, disse a deputada, o Brasil tem 47 mil novos casos da doença. Em 2005, dado mais recente, foram 1,48 casos para cada 10 mil habitantes. "Por isso, a meta da campanha este ano é intensificar a identificação precoce da doença e o tratamento dos portadores", frisou Rebecca Garcia, lembrando que há no País 15 mil postos de saúde prontos para o diagnóstico. O tratamento, informou, é feito com medicamentos fornecidos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde. Serão distribuídos também 100 mil exemplares de uma cartilha voltada aos portadores da doença e aos agentes de saúde, disse.

**"A lupa da opinião pública faz com que todos nós estejamos sob vigilância, sob julgamento"**



Rebecca Garcia

**Utilização de recursos de emendas deve ser fiscalizada, diz Rebecca Garcia**

# Licitação abrirá mercado, informa ministro

Geórgia Bittar

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, disse ontem que pretende fazer licitações para abrir o mercado de TV por assinatura. Segundo ele, que participou de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor, o setor precisa urgentemente de novos produtos para se expandir, permitindo o aumento do número de assinantes e a queda nos preços dos serviços. Costa ressaltou que a base de assinantes, apesar de ter crescido de 3,4 milhões de pessoas em 2000 para 5,7 milhões neste ano, ainda é pequena para um País como o Brasil. Para o ministro, o baixo índice de adesão se deve aos altos preços. “Ainda pagamos em torno de R\$ 40 pela TV por assinatura. Na medida em que possam ser incluídos outros serviços, como a banda larga, o consumidor será motivado a participar mais e o mercado aumentará”, ressaltou.

Segundo Hélio Costa, 80% dos as-



Ministro Hélio Costa, em audiência coordenada pelo presidente da comissão, Vital do Rêgo Filho

sinantes contratam a TV por assinatura para melhorar a imagem dos canais abertos. Isso, explicou, deverá mudar com a implantação da TV digital. “Se esses 80% querem uma boa imagem e vão tê-la com a TV digital, a TV por assinatura vai ter de buscar outro cami-

nho para chegar ao consumidor, oferecendo melhores serviços, internet em banda larga e telefonia.”

**Novas regras** - Na avaliação do ministro, é necessária uma nova regulamentação que promova a concorrência para diminuir os preços das assinaturas. Costa lembrou que um projeto em discussão na Câmara atende a essa demanda: é o PL 29/07, de autoria do deputado **Paulo Bornhausen (DEM-SC)** e relatado pelo deputado **Jorge Bittar (PT-RJ)** na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. A votação da matéria no colegiado deveria ter acontecido ontem, mas foi adiada. O projeto permite a entrada das operadoras de telefonia no mercado de TV por assinatura e cria regras para a oferta de serviços convergentes.

**Vontade política** - O deputado **Ivan Valente (Psol-SP)**, um dos autores do requerimento para a realização da audiência, afirmou, no entanto, que o problema não é a falta de regulamentação, e sim a falta de vontade política para defender os consumidores. “O Ministério das Comunicações e a Anatel - particularmente a Anatel, que deveria regular e fiscalizar o setor - fazem o jogo das grandes corporações”, afirmou. O deputado **Vinicius Carvalho (PTdoB-RJ)** também foi autor do pedido de realização do debate.

Ivan Valente apontou abuso por parte das operadoras e disse que o consumidor é refém dessas empresas. “As empresas se capitalizam em cima de uma exploração demasiada”, afirmou, citando como exemplo a cobrança do ponto extra. “A companhia gasta apenas com a instalação e cobra mensalmente como se estivesse instalando e mantendo um novo ponto”, disse.

As emissoras alegam que não cobram duas vezes pela programação, e sim pela manutenção de softwares de decodificação do sinal; segurança de acesso; e aluguel de receptor, o que seria permitido pela resolução da Anatel.

O ministro Hélio Costa disse que Anatel tem capacidade de fisca-

lização, mas lembrou que ela só poderá atuar no caso do ponto extra após a decisão final da Justiça. Ele informou que o ponto extra corresponde hoje a 25% da receita das operadoras de TV por assinatura.

**“O Ministério das Comunicações e a Anatel, particularmente, que deveria regular e fiscalizar o setor, fazem o jogo das grandes corporações”**

Ivan Valente

## Fusão de telefônicas é questionada na audiência

Durante a audiência, o ministro das Comunicações foi questionado pelo deputado **Ivan Valente** sobre a fusão da companhia telefônica Oi com a Brasil Telecom. Ele quis saber se a operação ficaria prejudicada com a prisão do empresário **Daniel Dantas**, que já controlou a Brasil Telecom, mas vendeu sua

participação antes do acordo com a Oi por mais de um bilhão de dólares, segundo especialistas. O ministro respondeu que não há relação entre esses temas. Costa minimizou a participação de Dantas no negócio e disse que ele tem de responder à Justiça. Segundo o ministro, para que a fusão seja concretizada,

ainda será necessário alterar a legislação do setor. As mudanças estão atualmente em fase de consulta pública. A Anatel, de acordo com o ministro, deverá responder se duas empresas de telefonia fixa podem se fundir, e o que ela decidir valerá para todas as empresas de telecomunicações do País

## Governo quer 55 mil escolas com internet até 2010

Rodrigo Bittar

Até o final deste ano cerca de 18 mil escolas públicas contarão com rede de acesso à internet de alta velocidade e, até 2010 a meta é atingir 55 mil escolas públicas. A afirmação foi feita pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, que participou na manhã de ontem da abertura do 1º Fórum Latino-Americano de Inclusão Digital, promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Para o ministro, o alcance dessas metas, aliado a outras iniciativas do governo, é uma “revolução em termos de inclusão digital”. Estima-se que, atualmente, apenas 3 milhões de usuários contem com banda larga no Brasil.

Outra iniciativa listada por Costa foi a intenção de ampliar a quantidade de “cidades digitais”, com rede sem fio (*wireless*) aberta a todos os usuários. Ele

citou o exemplo de Tiradentes (MG), que já oferece o serviço e obteve uma melhora de 80% no rendimento escolar dos alunos.

**Capacitação** - Apesar da ênfase no acesso à infra-estrutura, os participantes do evento destacaram a necessidade de se investir em outras áreas, como a capacitação de professores e desenvolvimento de conteúdo. “Colocar computador é muito pouco”, definiu o presidente da comissão, deputado **Walter Pinheiro (PT-BA)**. “Os usuários devem ter condições de operar e melhorar as condições de vida”, acrescentou. Hélio Costa também destacou o programa “Computador para Todos”, classificado como “uma extraordinária vitória” do governo na universalização do acesso ao computador para as camadas de menor renda da população. “Nestes últimos dois anos, vimos o preço do *desktop* cair de R\$ 4 mil para R\$ 800, e agora vamos buscar colocar pelo menos um ponto

com internet de alta velocidade em cada município brasileiro”, afirmou.

**Serviços** - O diretor-presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Marcos Vinicius Mazoni, que também participou do fórum, comentou que um dos “eixos” abordados pelo governo em sua política digital é a modernização e qualificação dos serviços públicos oferecidos pela internet. Valeria Jordán, coordenadora de Informação da e-LAC, uma plataforma que promove a integração regional e a cooperação das tecnologias da informação e da comunicação (as chamadas TICs), sugeriu um foco nas áreas de educação, saúde, justiça e “gestão de catástrofes”, que seriam negligenciados, na sua opinião. O diretor do Setor de Telecomunicações do Banco Mundial (Bird), Eloy Vidal, apontou a necessidade de se intensificar os “esforços” em treinamento de professores e incluir as TICs no currículo escolar.